

## PROJETO AÇÃO INTEGRADA: RESGATE HISTÓRICO DO PROJETO NO COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO EM MATO GROSSO

*INTEGRATED ACTION PROJECT: HISTORICAL RESCUE OF THE PROJECT IN COMBATING SLAVE LABOR  
IN MATO GROSSO*

**Kelly Pellizari** - Doutora em Administração pela PUC Minas, professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT. E-mail: kyp\_l@hotmail.com

**Henrique Roriz Aarestrup Alves** - Doutor em Letras pela UFMG, historiador, professor do PPGLETRAS da Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT. E-mail: hralvess@hotmail.com

**Valdiney de Arruda** - Especialista em Políticas Públicas e Meio Ambiente pela da Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT, Auditor Fiscal do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho em Mato Grosso (SRTE/MT). E-mail: valdiney.arruda@gmail.com

### RESUMO

O Projeto Ação Integrada – PAI, criado há mais de dez anos, figura-se como uma ação articulada entre três instituições públicas presentes no estado de Mato Grosso, fruto da junção entre a Superintendência Regional do Trabalho em Mato Grosso -SRTE/MT, o Ministério Público do Trabalho da 23ª Região - MPT e a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. O PAI tem por objetivo o combate ao trabalho análogo ao de escravo, por meio de oferta de oportunidades, qualificação profissional, elevação educacional dos trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo e/ou em situação de vulnerabilidade social, elevação de renda de trabalhadores e comunidades vulneráveis a essa situação no Estado de Mato Grosso. Já o objetivo deste artigo consiste em recontar, os principais pontos na trajetória de atuação do PAI, bem como, apresentar um panorama do aprimoramento de suas atividades ao longo do seu percurso. A metodologia de abordagem qualitativa, contou com uma entrevista em profundidade com o idealizador do projeto; além de oito entrevistas semiestruturadas com os demais membros. Os resultados obtidos pelo projeto têm a potencialidade de devolver aos trabalhadores atendidos, o resgate da dignidade, autoestima e a retomada de seus projetos de vida interrompidos pela escravidão moderna.

**Palavras-chaves:** Projeto Ação Integrada- PAI; trabalho análogo ao de escravo; Mato Grosso; histórico PAI.

## ABSTRACT

The Integrated Action Project – PAI, created more than 10 years ago, is an articulated action between three public institutions present in the state of Mato Grosso, the result of the junction between the Superintendência Regional do Trabalho em Mato Grosso -SRTE/MT, Ministério Público do Trabalho da 23ª Região – MPT and the Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT; The PAI aims to combat slave-like work, by offering opportunities, professional qualifications, educational elevation of workers rescued from slave-like work and /or in situations of social vulnerability, raising the income of workers and vulnerable communities to these situations in the state of Mato Grosso. The purpose of this article is to recount the main points in the PAI's trajectory, as well as to present an overview of the improvement of its activities along its path. The qualitative approach methodology included an in-depth interview with the Project's creator; in addition to 08 semi-structured interviews with the other members. The results obtained by the project have the potential to give back to the workers served, the rescue of dignity, self-esteem and the resumption of their life projects, interrupted by modern slavery.

**Keywords:** Integrated Action Project – PAI; slave-like labor; Mato Grosso; historical PAI.

## INTRODUÇÃO

O trabalho escravo contemporâneo em Mato Grosso ainda é uma realidade vivenciada por muitos trabalhadores e agentes que lutam para desvencilhar-se destas amarras que não se limitam a aspectos físicos, mas envolvem questões econômicas e sociais. Embora haja discussões acerca da conceitualização do trabalho escravo contemporâneo, a nova redação do artigo 149 (Código Penal Brasileiro) visa preservar a dignidade do trabalhador, assim, pode-se entender como trabalho análogo ao de escravo, situações de jornada exaustiva de trabalho, condições degradantes de acomodação, alimentação ou ações que restrinjam a locomoção dos trabalhadores, além de servidão por dívida e privação de liberdade, conforme pontuam Oliveira e Anjos (2019), Conforti (2017, 2019). Egressos e vulneráveis a este tipo de exploração perderam recentemente um de seus principais defensores, Dom Pedro Casaldáliga. O bispo católico, poeta e defensor da vida em Mato Grosso foi o primeiro a denunciar o trabalho escravo no estado, ainda na década de 1970 (SAKAMOTO, 2006). Assim como sonhava o poeta espanhol que viu tantas atrocidades cometidas aos mais vulneráveis socialmente no estado de Mato Grosso, o Projeto Ação Integrada – PAI, também acredita e trabalha para que a população vulnerável ao trabalho escravo contemporâneo possa ter seus direitos humanos garantidos e oportunidades de mudança de vida.

O PAI, criado há mais de onze anos, figura-se como uma ação articulada entre três instituições públicas presentes no estado de Mato Grosso, fruto da junção entre a Superintendência Regional do Trabalho em Mato Grosso (SRTE/MT), o Ministério Público do Trabalho da 23ª Região (MPT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o projeto representa um marco inovador não apenas por seu caráter articulador, mas, sobretudo, por promover o resgate da cidadania de egressos do trabalho análogo ao de escravo. O PAI tem como protagonistas os egressos e vulneráveis ao trabalho análogo ao de escravo em Mato Grosso.

O projeto tem por objetivo combater o trabalho análogo ao de escravo, por meio de oferta de oportunidades de qualificação profissional, elevação educacional dos trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo e/ou em situação de vulnerabilidade social, elevação de renda de trabalhadores e comunidades vulneráveis a essa situação no Estado de Mato Grosso.

O PAI é referenciado como modelo de boas práticas na erradicação do trabalho escravo contemporâneo pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização das Nações Unidas (ONU) (ALVES, 2013; OLIVEIRA, 2019). O destaque da potencialidade de replicação do projeto em outras unidades federativas foi destacado por estudos como os de Santos, Cabrera e Brito (2017) ao destacarem a aplicação do PAI promovida pelo Movimento Ação Integrada (MAI) como um mecanismo de combate ao trabalho escravo contemporâneo.

O referido projeto passou ao longo deste tempo por ajustes, implementações, mudanças de equipes, de metodologias, de abordagens, aprimoramentos em um processo de aprendizagem constante, mas sem nunca perder seu principal foco, ou seja, os trabalhadores mais vulneráveis, o que o tornou conhecido pelos gestores públicos municipais de Mato Grosso e pelas equipes que estão à frente das assistências sociais em todo o estado.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo consiste em recontar, por meio de um breve histórico, os principais pontos na trajetória de atuação do Projeto Ação Integrada ao longo de seus mais de dez anos de existência, bem como apresentar um panorama do aprimoramento de suas atividades ao longo deste tempo. Apresentar-se-á, a princípio, o percurso metodológico adotado para reconstruir a trajetória do projeto, optando-se pela perspectiva de recontar cronologicamente (passado, presente e futuro) e apresentar os elementos mais marcantes.

## PERCURSO METODOLÓGICO

A fim de atingir o objetivo proposto por este estudo, a pesquisa qualitativa descritiva parece ser o caminho metodológico que pode ancorar tal proposta, por meio de um estudo de caso do agente enquanto objeto de pesquisa, neste caso o Projeto Ação Integrada. Nesta abordagem também foi considerado o fator histórico do PAI, levando-se em conta os anos de atuação e experiência adquiridos junto a população egressa e vulnerável ao trabalho análogo ao de escravo no estado de Mato Grosso.

Os métodos de coleta de dados foram diversificados, utilizando-se de quatro diferentes técnicas atreladas às pesquisas qualitativas que possibilitam a triangulação destes dados por meio de entrevista em profundidade, entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação participante. Percebeu-se que, além do instrumento usual do roteiro de entrevista em profundidade, a utilização de outros recursos, como os documentos, foi essencial para termos uma análise com maior rigor científico, uma vez que o uso das estratégias complementares poderia auxiliar na melhor compreensão do objeto pesquisado (BELEI *et al.*, 2008).

As entrevistas semiestruturadas aconteceram em Cuiabá-MT com os oito membros que passaram pelo projeto, entre o período de 2009, sua criação, até os dias atuais. Dentre os oito membros participantes da pesquisa: dois membros compõem a atual equipe de execução, dois membros são auditores fiscais, dois membros são procuradores do trabalho e dois membros são professores; todos foram ou ainda são membros do projeto e pertencem ou já pertenceram às três instituições que gerenciam o projeto. As entrevistas aconteceram de modo presencial e por telefone, utilizando-se de um roteiro semiestruturado que continha questões que indagavam sobre os cursos profissionalizantes realizados pelo PAI e demais ações desenvolvidas pelo projeto no combate ao trabalho análogo ao de escravo, elas foram devidamente gravadas e transcritas a fim de se documentar as informações coletadas.

Dentre as entrevistas realizadas, uma delas foi realizada em profundidade com o idealizador do PAI. Esta entrevista durou aproximadamente duas horas via telefone, por ocasião da pandemia, gravada e transcrita. A escolha pela entrevista em profundidade deu-se considerando que é adequada para explorar temas complexos e extrair um nível maior de conhecimento sobre

um determinado fenômeno, o que permite aprofundamento em dados até mesmo subjetivos conforme estudos de Haguette (1997), de Poupart (2008) e ainda, de Godoi e Balsini (2010).

A análise documental foi também a técnica de coleta, a qual contribuiu muito para que se levantasse a trajetória do projeto. Nesta etapa foi possível ter acesso a alguns relatórios de atividades executadas pelo projeto, tais como fichas de abordagens da assistência social junto aos egressos e vulneráveis, arquivo de imagens e vídeos do PAI, além de outros documentos institucionais. A análise documental possibilita aos pesquisadores descrever os documentos coletados ou reforçar informações coletadas por meio de outras técnicas (SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2011).

Além dos métodos acima, utilizou-se a observação participante, por parte dos pesquisadores, para acompanhar etapas distintas do projeto em algumas das primeiras turmas, ainda em 2009, chegando aos cursos ofertados no segundo semestre de 2019. A técnica de observação é, na maioria das vezes, utilizada junto à outras técnicas, como visto no estudo de Ferreira, Torrecilha e Machado (2012). O ponto forte da técnica de observação é a possibilidade de enxergar a realidade do objeto estudado nas diferentes situações observadas pelos pesquisadores Bechker (1972), Zanelli (2002) e Shah (2006). Há duas modalidades de observação: participante e não participante.

Neste caso, adotou-se a observação participante. Como membro e pesquisador do projeto, foi possível observar sua estrutura, rotinas e ações tanto destinadas ao público egresso e vulnerável, como também, em nível institucional, as parcerias com outras instituições públicas ou privadas, além da articulação com novos parceiros, seja na execução ou ainda na promoção de financiamentos que viabilizem a saúde financeira do projeto.

Como estratégia de apresentação e de análise de dados, tentou-se reconstruir a trajetória histórica do projeto, visando enfatizar os aspectos mais importantes e as situações decisivas para o aprimoramento e o desenvolvimento do projeto, a fim de que se mapeie os passos traçados para a chegada ao patamar que se encontra atualmente. Vale ressaltar que os dados discutidos na análise foram aqueles coletados nas entrevistas - em ambas as modalidades, nos documentos e registros do projeto e nas observações realizadas.

Assim, definiu-se a estrutura de apresentação pautada em três momentos, ou seja, passado, presente e futuro, perpassando pelas etapas históricas mais relevantes do projeto, até a configuração de como ele se apresenta atualmente e, por fim, o enfoque, visão e prospecções futuras almejadas pelo projeto com base nos dez anos de atuação e experiências adquiridas, em que busca o despertar para as políticas de estado que priorizem os direitos humanos daqueles mais vulneráveis socialmente.

## **O PASSADO DO PAI: OS PRINCIPAIS PONTOS DE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA**

Em 1995, o Governo Federal, por meio do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), criou o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (Grupo Móvel) por meio das Portarias n. 549 de 14/06/1995 e n. 550 de 14/06/1995, com o objetivo de resgatar trabalhadores de condições análogas à escravidão e também combater o tráfico de pessoas em todo o país.

O Grupo Móvel, como ficou conhecido, foi criado para atuar em ações específicas de atuação das pessoas que praticavam o trabalho análogo ao de escravo; porém, passou a exercer algumas práticas que foram sendo incorporadas ao processo de trabalho que acabaram fazendo parte da política, que é resgatar os trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão.

E o resgate passou a ocorrer logo no início da atuação do Grupo Móvel, porque auditores, auditoras e os próprios coordenadores daquelas ações entenderam que não daria para simplesmente autuar os infratores e deixarem os trabalhadores vitimados, sem lhes oferecerem condições mínimas de mudança de vida.

Se deparar com cem trabalhadores vivendo sob lonas pretas, sem receber salário, sem as mínimas condições de trabalho, sendo mantidas no local sob ameaça de homens armados foram motivos que levaram o Grupo Móvel a decidir que todos os trabalhadores sairiam juntos do local da operação com todos os seus direitos garantidos. (Auditor Fiscal do trabalho, idealizador do PAI e membro da equipe gestora do PAI, Cuiabá-MT, abr./2020).

Ou seja, os Auditores-Fiscais do Trabalho (AFTs) exigiam que as carteiras fossem assinadas, calculavam as verbas trabalhistas e só deixavam o local após o pagamento dos trabalhadores. Esse padrão foi o primeiro exercido pelo Grupo Móvel e que chamamos de Ação de Assistência às Vítimas do Trabalho Escravo.

Com o passar dos anos, um fato chamava atenção do Grupo Móvel: os trabalhadores resgatados acabavam retornando, tempos depois, às outras frentes de trabalho precários para se submeterem novamente às práticas do trabalho análogo ao de escravo. Neste cenário, o AFTs e subcoordenador nacional do Grupo Móvel começaram a desenhar, entre os anos de 2000 e 2001, uma proposta de criação do seguro-desemprego para o trabalhador resgatado, a qual se transformou na Lei 10.608, de 20/12/2002. No entanto, não houve nenhum investimento público que proporcionasse ao trabalhador resgatado oportunidade e acesso a uma adequada qualificação e encaminhamento às vagas de emprego formal. O total de trabalhadores resgatados em Mato Grosso entre 1995 e 2008 era de 5.257; entre 2003 e 2009 chegou 3.279 pessoas resgatadas do trabalho análogo ao de escravo (SRTE-MT, 2009).

Em 2008, a Superintendência Regional do Trabalho em Mato Grosso (SRTE-MT) passou a ensaiar estratégias que pudessem atender a previsão de assistir a egressos do trabalho escravo. Naquele ano, o grupo de fiscalização do MTE havia resgatado quinhentos e setenta e oito trabalhadores no estado de Mato Grosso e não havia estudo sobre o comportamento desses egressos quanto a sua vulnerabilidade após as ações. Capitaneado pelo Superintendente da SRTE-MT veio a decisão de projetar um modelo interinstitucional de qualificação e reinserção social dos egressos do trabalho análogo ao de escravo; porém, era preciso entender ou diagnosticar melhor esses dados, o que demandou um estudo com duzentos e sessenta e oito egressos resgatados em Mato Grosso no ano de 2008. A pesquisa demonstrou que 75% dos resgatados estavam residindo em Mato Grosso. As várias respostas trazidas por este estudo conduzido pelo idealizador do Projeto PAI ajudaram a delinear os primeiros traços do Projeto Ação Integrada, que surge, então, do sonho de um auditor fiscal do trabalho diante da falta de oportunidade dos egressos, como pode-se perceber na narrativa que segue:

O Projeto Ação Integrada é na verdade é uma idealização minha, ele nasce de um desejo de um auditor fiscal do trabalho em um contexto bem simples, mas bem objetivo, mas era uma inquietude que eu tinha quando eu era auditor fiscal do trabalho escravo, eu percebia que havia um problema muito sério, que os trabalhadores não recebiam outro investimento, empoderamento [...] após o resgate, eles só recebiam seus direitos. (Auditor Fiscal do trabalho, idealizador do PAI e membro da equipe gestora do PAI, Cuiabá-MT, abr./2020).

Deste modo, inicia-se a o planejamento e primeiras ações de execução do PAI, identificando-se quais seriam o objetivo e os resultados esperados. Porém, observou-se logo que apenas a auditoria-fiscal do MTE não conseguiria alcançar os resultados esperados. Assim, buscou-se agregar outras instituições ao projeto, que recebeu o nome de Ação Interinstitucional para Qualificação e Reinserção Profissionais dos Resgatados do Trabalho Escravo em Mato Grosso.

Ao acreditar que a premissa do projeto seria a reinserção social dos egressos, a SRTE/MT, através de seu superintendente, iniciou a construção de parcerias e identificação das instituições

aptas e dispostas a iniciar um processo bem incipiente para já traçar as linhas estratégicas de mobilização conjunta para atender esse público. E o objetivo geral era de promover e garantir política de qualificação e reinserção social e profissional às pessoas egressas e vulneráveis ao trabalho escravo.

Além da Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso (SRTE), outras instituições foram convidadas a participar do projeto, a exemplo da Secretaria Estadual de Emprego, Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SETECS), Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Ministério Público do Trabalho 23ª Região (MPT 23), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), entidades da sociedade civil, como a Centro de Pastoral para Imigrantes de Cuiabá (CPM), Centro de Pastoral da Terra (CPT), Centro Burnier Fé e Justiça, além de representantes da iniciativa privada como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), além do Instituto Centro Vida (ICV), que já lidava com o público vulnerável.

A capacidade de agir como uma política pública em prol dos mais vulneráveis sempre é lembrada como diferencial do projeto PAI, além de sua potencialidade de articulação interinstitucional que desde o início marca sua trajetória conforme destacado por um dos entrevistados desta pesquisa:

O projeto surge para servir como modelo para o poder público na resolução de um problema que extrapolava e extrapola o viés puramente repressivo ao trabalho escravo- TE. A sistematização da repressão ao TE demonstrou que apenas a repressão (apesar de essencial) não era suficiente para erradicar ou mitigar o fenômeno. Era e é necessário a atuação do pós-resgate também na prevenção junto ao público vulnerável. É evidente que outros fatores, especialmente o socioeconômico, influenciam no enfrentamento ao trabalho escravo. Mas o Projeto demonstra que apesar dos diversos fatores envolvendo a questão é possível a adoção de política mitigadora destinada a esse público que é vítima direta ou indireta (vulnerável). Nesse sentido, a característica marcante do PAI é sua capacidade de envolver e articular diversos atores sociais (público e privado) para enfrentamento da questão do trabalho escravo, articulação essa que se expandiu para além do estado de Mato Grosso, alcançando diversas instituições a nível nacional a exemplo do Movimento Ação Integrada. (Auditor fiscal do trabalho entrevistado e ex-membro da equipe gestora do PAI, Cuiabá-MT, jun./2020).

Da união de forças e foco no objetivo do projeto formou-se um grupo para discutir a proposta por meio de reuniões e oficinas, e criou-se também um modelo para as reuniões que serviu de norte. Sabia-se efetivamente que se precisava reduzir a vulnerabilidade daqueles trabalhadores, além de ações que interferissem no exercício da sua liberdade profissional; porém, a emancipação completa desses vulneráveis o projeto poderia não ter as condições de garantir. Outra preocupação era identificar quais eram as vulnerabilidades para então definir o que deveria ser realizado para empoderar os resgatados. Foi neste contexto que se definiu que a Política de Qualificação e Reinserção Profissional seria a medida mais adequada para promover que os egressos do trabalho análogo ao de escravo, além de não mais se submeterem a situações de degradação, conseguissem uma trajetória de autonomia mais efetiva.

O passo seguinte foi sistematizar a gestão operacional do projeto. Em se tratando de ação inovadora, as ações precisariam ser ágeis e com todo resguardo de transparência e legalidade. Como o foco era e continua sendo os egressos do trabalho escravo contemporâneo, um ponto fundamental e essencial foi a localização desses trabalhadores através dos dados no cadastro do Seguro Resgatado, que na época apresentava muitas falhas, ocasionando grandes desafios para a equipe.

Além de encontrar os trabalhadores, era necessário saber como abordá-los, fazendo com que se sentissem acolhidos e, assim, tentar identificar suas vulnerabilidades e suas pretensões

profissionais. Surge então a grande questão, ou seja, como fazer isto na prática? Partindo do princípio de que o propósito do projeto era promover a integração da política de qualificação, juntamente com as demais políticas públicas de trabalho, emprego e renda, além de outras demandas no campo da educação, do meio ambiente e do desenvolvimento humano, estabeleceu-se as seguintes premissas:

- Identificar programas e projetos que atendessem a demanda dos egressos. Para isso, a proposta foi uma ação integrada entre a Seção de Inspeção do Trabalho da SRTE/MT, Sistema Nacional de Emprego-SINE e Centros de Referência em Assistência Social – CRAS para o estudo do perfil socioprofissional dos egressos e público em vulnerabilidade ao trabalho análogo ao de escravo, e com o apoio de assistentes sociais e psicólogos, garantindo uma abordagem adequada do público alvo para participarem do projeto;
- Buscar a adesão da iniciativa privada ao projeto, remetendo à importância do investimento em ações de responsabilidade social por meio da formação de mão-de-obra dos egressos e vulneráveis, garantindo a eles elevação educacional, profissional além da empregabilidade.
- Garantir a abertura de vagas em cursos de qualificação profissional e educacional junto aos órgãos governamentais e empregos diretos na iniciativa privada a partir da aproximação das instituições voltadas à qualificação com as políticas públicas trabalho, emprego, renda educação e do desenvolvimento. (SRTE/MT, 2009).

A prática de toda essa teoria tem início em uma proposta de parceria feita pela SRTE/MT, no final do ano de 2008, ao sistema SESI/SENAI-MT, que estava preparando o seu primeiro curso de Educação Básica e Educação Profissional (EBEP). Tratava-se de um curso de 2400 horas que permitiria a conclusão da elevação educacional de sétima e oitavas séries e a formação profissional em eletricitista de manutenção industrial na modalidade de aprendizagem e, portanto, com garantia trabalhista e previdenciária. O curso ocorreu na sede do SENAI, na cidade de Várzea Grande, e seria em tempo integral. A SRTE propôs, então, que parte das vagas fossem destinadas ao público do projeto PAI, e se ofereceu para sensibilizar as empresas a admitirem tais trabalhadores como aprendizes.

A busca em possibilitar acesso do público do projeto ao EBEP produziu conhecimentos práticos antes nunca experimentados, e possibilitou entender as melhorias e deficiências que o projeto precisava adequar. O curso teve início em agosto de 2009 com a celebração de um Termo de Cooperação entre os parceiros.

O projeto piloto, que se estendeu até fim de 2010, procurou responder às demandas há muito tempo identificadas, mas de difícil solução. O caminho inovador buscado pela Equipe de Ação Integrada apontou possibilidades, demonstrou fragilidades e, enfim, ofereceu elementos confiáveis para pensar futuras ações que buscassem romper com o círculo perverso de exploração. Nesta perspectiva, o projeto continuou suas ações com respaldo no reconhecimento de que a qualificação educacional é uma construção social, algo que vai além da dimensão pedagógica capaz de favorecer efetivamente a construção de um sistema público de trabalho, emprego e renda para esse público.

A SRTE propôs uma estruturação operacional para o projeto, considerando que as ações inovadoras exigiam agilidade e transparência. O caminho desenvolvido foi propor a criação de

duas instâncias para elaboração e desenvolvimento das ações. Um comitê gestor definidor do plano de ação e uma equipe executora que cuidaria da implementação das decisões do comitê gestor. A SRTE-MT elaborou uma proposta de parceria com a Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, e buscou a Universidade Federal do Mato Grosso para compor a parceria. Essas instituições configurariam o Comitê Gestor do PAI que perdura até os dias atuais. Assim, em outubro de 2009 o Projeto é gerenciado pelas instituições mencionadas e com a parceria da Fundação Uniselva.

Por se tratar de uma ação inovadora que necessitava de uma estrutura para dar suporte a toda essa sistematização e efetividade às ações propostas, foram instituídos dois mecanismos importantes:

- I. Uma coordenação executiva com uma estrutura organizacional e administrativa necessária às atividades do projeto.
- II. Fundo de Apoio à Ação Integrada, uma parceria entre a Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, da Superintendência Regional do Trabalho em Mato Grosso e da Universidade Federal de Mato Grosso, por intermédio da Fundação Uniselva (SRTE/MT, 2009).

Os recursos para manter o projeto eram e ainda hoje são provenientes de Termo de Ajusta de Conduta (TAC's) e/ou Acordos firmados nas Atas de Audiência pelo Ministério Público do Trabalho da 23ª Região junto as empresas, decisões judiciais e ainda doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais.

Essa definição de papéis era e continua sendo cuidadosamente descrita no projeto e no termo de cooperação, visando proporcionar agilidade e transparência ao projeto, mas, sobretudo, aprendizado e formação de conhecimento.

Nos últimos vinte e cinco anos (1995 a 2020) foram resgatados no Brasil mais de cinquenta e quatro mil, e no Mato Grosso passaram de seis mil trabalhadores na condição de trabalho análogo a de escravo (RADAR SIT, 2020; SRTE/MT, 2020). Na situação atual, ao serem libertados, esses trabalhadores contam com três parcelas de seguro desemprego, além de suas verbas trabalhistas. Neste sentido, o PAI vem contribuindo com a retirada desses trabalhadores das condições desumanas de trabalho, ofertando educação e qualificação profissional, além de oportunizar a eles, com isso, melhores condições de vida.

## **O PAI NO PRESENTE: UM POUCO DE SUA ESTRUTURA E AÇÕES EM MATO GROSSO**

O Projeto Ação Integrada está em atuação há mais de dez anos; neste período passou por várias transformações sem nunca perder seu foco principal, ou seja, os egressos ao trabalho escravo contemporâneo e aqueles mais vulneráveis a este tipo de exploração. Dentre as transformações ocorridas o projeto vem aprimorando-se constantemente, sobretudo com base na *expertise* que se incorpora a cada ciclo, a cada processo de oferta e/ou reoferta de cursos profissionalizantes, mas principalmente às mudanças de contexto que exigem das equipes planejamento e muito “jogo de cintura”, não somente porque devem atentar-se aos aspectos institucionais das três entidades parceiras, mas também as demandas sociais que colocam constantes desafios.

Como já apresentado, o objetivo geral do PAI consiste em combater o trabalho análogo ao de escravo por meio de oferta de oportunidades de qualificação profissional, elevação educacional dos trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo e/ou em situação de



vulnerabilidade social, elevação de renda de trabalhadores e comunidades vulneráveis a essa situação no Estado de Mato Grosso. O PAI preocupa-se em impedir a reincidência dos trabalhadores em situações de trabalho degradante e a entrada daqueles que se encontram vulneráveis social e economicamente ao ciclo perverso da escravidão contemporânea.

Atualmente o PAI está institucionalizado como um projeto de extensão na Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT; para além de um projeto de extensão, demonstra a capacidade que o corpo docente e demais instituições e servidores públicos tem em promover articulações e desenvolver ações que possam se tornar políticas públicas de qualidade e que visem atender a demandas já existentes. Esse poder de articulação representa um marco inovador não apenas por seu caráter articulador, mas, principalmente, por promover o resgate da cidadania de egressos do trabalho análogo ao de escravo em Mato Grosso. Durante esse tempo de atuação o projeto passou por várias mãos que sempre acreditaram no trabalho conjunto, como promotor de mudanças mais substanciais; neste sentido, a união de forças interinstitucionais fez brotar, além da parceria, uma estratégia de atuação que se tornou referência internacional e nacionalmente reconhecida no enfrentamento ao trabalho análogo ao de escravo conforme pontua-se nos estudos de Moura e Costa Leão (2014), Silva (2016), Silva e Souza (2017) e Oliveira (2019) sob diferentes perspectivas.

A estrutura do projeto foi sendo ajustada conforme mudanças de gestão nas diferentes instituições que o articulam. Assim, a capacidade de articulação do projeto é vista por seus membros como um diferencial de destaque no projeto, como pontua um dos membros entrevistados.

O PAI é antes de tudo um projeto de articulação. Assim, a grande capacidade do projeto é a união de órgãos e instituições relacionadas à educação (em todos os níveis) e à geração de trabalho e renda para garantir aos trabalhadores e trabalhadoras resgatadas uma condição de vida digna após o resgate de trabalho escravo. (Procuradora do trabalho entrevistada e ex-membro da equipe gestora do PAI, Cuiabá-MT, mai./2020).

Alterações das equipes executora e gestora, além dos muitos parceiros da iniciativa pública e privada, conseguiram somar esforços para que o projeto chegasse à maturidade que se encontra nos dias de hoje.

As duas equipes se ocupam de diferentes ações que estão interligadas ao processo, que pode ser mais bem compreendido em quatro etapas, classificadas por ações de planejamento, sensibilização, execução e contrapartidas/devolução.

As ações de planejamento compreendem nas atividades prévias da equipe executora, quando essa equipe juntamente com todo o grupo, planeja as visitas e abordagens a campo em busca dos egressos ao trabalho análogo ao de escravo e vulneráveis a esta situação espalhados por todo o estado mato-grossense.

A segunda etapa do processo consiste nas ações de sensibilização, que acontecem em diferentes frentes sociais e contam com as duas equipes para acontecer. Nesta etapa as equipes buscam chamar a atenção dos gestores da esfera executiva e judiciária para a causa que motiva o projeto, apresentando-lhes suas principais demandas, em busca de parcerias, que frequentemente também acontecem junto a iniciativa privada.

Seguida das ações de sensibilização estão as de execução, elas estão diretamente relacionadas com a realização dos cursos de qualificação profissional dos participantes, são atividades que se concentram em certos períodos do cronograma do projeto e aquelas em que as equipes estão em contato mais próximo dos qualificados.

Já a última etapa compreende as ações de devolução em que as equipes se ocupam de apresentar para a sociedade e sobretudo para os agentes financiadores, os resultados que o

projeto vem trazendo, se é que se pode traduzir como resultados ou quantificar, a devolução da esperança na vida de alguém, como muitos participantes relatam.

Vale destacar que as etapas mencionadas contemplam a essência do PAI enquanto um ciclo que se repete após cada novos cursos oferecidos, no que se refere a dinâmica cotidiana de suas ações de execução, de modo que as atividades mencionadas podem a todo momento ser revistas, porque são entendidas como um processo, podendo então sofrer alterações quando necessário; uma vez que isso acontece, as equipes discutem e aprovam-se as mudanças em conjunto com todas as equipes. Assim, as atividades desenvolvidas pela equipe executora estão alinhadas à equipe gestora. Cada ação do PAI conta com planos e custos relativos a sua execução claramente definidos em um plano de trabalho realizado anualmente, e a cada nova demanda identificada estuda-se a viabilidade de atendimento e possibilidade de destinação de recursos necessários, sempre precedida da formatação do Plano de Trabalho, apresentação e aprovação da coordenação gestora.

É de competência da equipe gestora fazer a gestão do projeto, o que ocorre por meio dos membros da coordenação geral, que também deliberam sobre seu planejamento estratégico. Dentre as ações dessa equipe está a função de coordenação geral em que se vislumbra o alcance dos objetivos estratégicos, a promoção de ações de articulação junto a outras entidades públicas ou privadas, por meio da cooperação de *expertise* nas áreas demandadas pelo projeto. Além de contribuir, gerenciar e acompanhar a equipe executora, a equipe gestora desenvolve ações que promovam a manutenção e fortalecimento do projeto por meio de diferentes articulações pautadas pela sensibilização à causa. Essas atividades visam o incentivo e fortalecimento de outros projetos que, assim como o PAI, atendam as especificidades de trabalhadores egressos ao trabalho análogo ao de escravo e da população a ele vulnerável. A equipe gestora também busca envolver-se com instituições que promovam políticas públicas de qualificação atreladas a políticas públicas de trabalho que gerem emprego, renda e melhores condições de vida aos vulneráveis.

Cada etapa para o estabelecimento da Ação Integrada conta com ações e custos relativos a sua execução claramente definidos em plano de trabalho, e a cada nova demanda identificada são estudadas as viabilidades de atendimento e da possibilidade de destinação de recursos necessários, sempre precedida da formatação do Plano de Trabalho e de Aplicação para sua realização.

A sensibilização é uma das ferramentas mais utilizadas pelo projeto PAI, junto às empresas privadas, com o objetivo de desenvolver atividades de responsabilidade social. Essa sensibilização é realizada pelas duas equipes e destinada às entidades e gestores públicos, privados e do terceiro setor, nas esferas municipais e estaduais. Além de parceiros que possam contribuir com o projeto, a sensibilização visa propiciar condições de atuação e execução conjunta de atividades que agreguem valor aos envolvidos.

A sensibilização também visa a saúde financeira do projeto e custeio para que ele possa perdurar e ampliar seus horizontes. Dada a principal fonte do projeto originar-se dos termos de ajuste de conduta (TAC's) e sentenças judiciais. O dinheiro destinado ao PAI é direcionado em uma única conta e gerenciado por uma fundação que auxilia na gestão administrativa e faz a gestão financeira do projeto dentro dos parâmetros, exigências legais e procedimentais das instituições que destinam e também daquelas que utilizam os recursos para que o projeto consiga exercer suas ações. A premissa da Uniselva é a observação das disposições sobre licitação das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e seus regulamentos; assim a Uniselva visa apoiar projetos de ensino, pesquisa e extensão universitários promovidos pela comunidade acadêmica, e o PAI se inclui nesta seara.

Então... conseguimos representar o projeto, só que agora obedecendo o que a Uniselva

falava porque ela é auditada né, e o que a gente via que não estava adequado no projeto anterior de execução, a gente foi corrigindo, tornamos mais transparente o uso do recurso, sempre colocando em reunião sempre apresentando os dados, com o que que é gasto, como é que é gasto. (Professor entrevistado e ex-membro da equipe gestora do PAI, Cuiabá-MT, abr./2020).

Um dos membros do projeto destaca a importância da fundação Uniselva junto ao PAI e como ela também contribuiu para a maturidade do projeto e das equipes. A cada trimestre a equipe gestora aprova a prestação de contas do projeto que, por meio da coordenadora geral, apresenta o relatório à fundação de apoio Uniselva, garantindo a transparência ao publicar as ações do projeto, o que pode ser considerada uma forma também de fornecer devolutivas junto a sociedade e àquelas instituições, cujos processos judiciais originaram destinação de recursos ao PAI.

Para se ter uma ideia da dimensão do PAI, destacam-se aqui alguns dados, entre 2009 a 2011, o programa qualificou trezentos e dois trabalhadores egressos do trabalho análogo ao de escravo ou em situação de vulnerabilidade social em cursos como pedreiro, pintor, eletricista e corte e costura. No curso de Eletricista em Manutenção Industrial (EBEP): dos dezessete contemplados, três desistiram, dois foram reprovados e os demais (doze) concluíram o curso. Dentre eles, dezessete egressos e pessoas em situação de vulnerabilidade receberam certificados do curso de pedreiro proporcionados por meio do projeto. Os trabalhadores eram provenientes de várias localidades de Mato Grosso - como Rondonópolis, Juscimeira, Jauru, Jancada Roncador (Chapada dos Guimarães) e Comunidade do Chumbo (próximo a Poconé). Os participantes recebem treinamento em Primeiros Socorros, Teoria de Prevenção e Combate a Incêndio Urbano, Evacuação de Emergência nas Edificações e Teoria de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais Predial, na unidade do SENAI do Distrito Industrial, oferecido pelo Corpo de Bombeiros, com duração de oito horas (SRTE/MT, 2014, PAI, 2014).

Além da profissionalização, os trabalhadores são beneficiados com transporte intermunicipal, traslado para o curso, alimentação (café da manhã, almoço e janta), ajuda de custo, hospedagem e palestras educativas nas áreas de cidadania e ética, direitos e deveres trabalhistas, higiene pessoal e relações interpessoais.

Em 2013, o Ação Integrada já contabilizava quatrocentos e trinta e quatro trabalhadores com faixa etária entre 20 e 40 anos beneficiados pelo projeto, com alfabetização e qualificação profissional. Cerca de 85% conseguiram emprego com carteira assinada. Nesse mesmo ano, o Ação Integrada conseguiu inserir trabalhadores na obra da Arena Pantanal, que fazia parte das obras para a Copa do Mundo 2014 e Cuiabá se apresentava com uma das sub sedes do mundial (SRTE/MT, 2014; PAI, 2014).

Em mais de dez anos de existência, o PAI esteve presente em mais de 80% dos municípios do estado de Mato Grosso, realizou mais de duas mil, setecentas e quarenta abordagens com egressos do trabalho análogo ao de escravo e/ou vulneráveis a essa situação. O projeto capacitou profissionalmente mais de um mil cento e sessenta profissionais, nos mais de sessenta cursos profissionalizantes oferecidos com comprometimento e qualidade. O PAI também identificou e visitou mais de vinte e cinco comunidades em situação de vulnerabilidade social e que possuía incidência expressiva de trabalho degradante, visando apoiar o fortalecimento e empoderamento destas comunidades (PAI, 2020).

O PAI vem se aprimorando ao longo dos anos de atuação e tem muitos registros e dados que demandavam um olhar mais minucioso diante da riqueza de informações que foram sendo coletadas, assimiladas e arquivadas ao longo do tempo. Neste momento, o projeto passa por uma sistematização e estruturação de seu banco de dados, o qual comporta relatórios diversos sobre a atuação das equipes, diagnósticos de assistência social, fichas de abordagem realizadas pelo projeto, documentação dos participantes, vídeos com histórico de atuação do projeto,

fotografias de ações executadas, entrevistas gravadas e transcritas com os participantes do projeto, incluindo equipe gestora e de execução, além de dados sistematizados sobre os qualificados e abordados pelo projeto. Esses e outros materiais de propriedade e responsabilidade do PAI podem subsidiar e servir de base para pesquisas científicas que auxiliem no enfrentamento e combate ao trabalho análogo ao de escravo no Mato Grosso e onde forem necessários e úteis.

Muitos trabalhos científicos já foram publicados e divulgados com recortes deste banco de dados até o momento, tais como os de Moura e Costa Leão (2014), de Silva (2016), de Silva e Souza (2017) e Oliveira (2019). Esses e outros trabalhos fomentados com informações sobre o projeto PAI, além de estabelecerem um elo entre a pesquisa e a extensão universitária, alimentam a carreira universitária de sentido e razão de ser. Atualmente existem acadêmicos de graduação e pós graduação da UFMT desenvolvendo pesquisas (dissertações e trabalhos de curso) direcionadas a essa temática, os quais também participam de projetos de pesquisa alinhados ao PAI sob coordenação de professores membros do projeto. Os trabalhos científicos frutos destas construções colaboram não apenas na divulgação do projeto, mostrando sua capacidade de replicação e boa prática social, mas também no auxílio à luta por condições mais dignas de trabalho e renda para aqueles que mais necessitam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da trajetória apresentada pelo PAI, pode-se perceber que os resultados obtidos pelo projeto têm potencialidade de devolver a esses trabalhadores a existência legal e documental, possibilitando o resgate da dignidade, autoestima e a retomada de projetos de vida interrompidos pela escravidão moderna. A capacidade de articulação do programa com diferentes atores sociais – que permitiu a integração de políticas educacionais com políticas de trabalho, emprego, renda, assistência social, desenvolvimento e meio ambiente – foi considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) um dos mais importantes instrumentos para a prevenção do trabalho escravo no Brasil.

O projeto se alicerça na integração da política de qualificação com as demais políticas públicas de trabalho, emprego e renda e com aquelas dos campos da educação e do desenvolvimento regional. Frente ao cenário apresentado brevemente por este estudo, fica evidente que os impactos provocados pelo projeto não resultaram em fatores isolados, mas sim numa cadeia extensa de consequências, sendo a principal delas o resgate da dignidade dos trabalhadores.

Entende-se que projetos desta natureza, a exemplo do PAI, deveriam basear-se na integração de diferentes políticas públicas já existentes, uma vez que há demandas sociais pontuais para tais propostas. Espera-se que em breve possam ser observadas demais políticas públicas cujo enfoque destina-se à qualificação profissional, educação, assistência social, geração de trabalho, emprego e renda daqueles mais vulneráveis socialmente, resguardando-se, assim, a capacidade dos agentes articuladores para ações de articulação entre diferentes atores sociais, o que economiza esforços para viabilidade financeira desses projetos de modo a garantir a esses agentes maior tempo e energia para galgarem novos espaços e articulações.

Dentre as limitações deste estudo pode-se pontuar a riqueza de informações que ainda poderiam ser exploradas, contrapostas a vozes dos egressos e participantes do PAI, o que possibilitaria um leque de novas discussões e conhecimentos sobre o combate à exploração e precarização do trabalho, além de oportunidade de difusão do Projeto Ação Integrada em Mato Grosso.

## REFERÊNCIAS

- AÇÃO INTEGRADA. **Rompendo o ciclo do trabalho escravo**. Núcleo de Comunicação do Ação Integrada. Tree Pixel – Agência digital.
- ALVES, A. Trabalho escravo. *A Gazeta*. 1 a 3 maio 2013. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/pdf/mo5a13/g0101c-b.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2020.
- BECKER, Henk A. Observation by informants in institutional research. **Quality and Quantity**, v. 6, n. 1, p. 157-169, 1972.
- BELEI, Renata Aparecida *et al.* O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, n. 30, 2008.
- BRASIL. Lei n. 10.608 de 20/12/2002. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/552484>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- BRASIL. Lei n. 8.666 de 21/06/1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm). Acesso em: 25 ago. 2020.
- BRASIL. Lei n. 10.520 de 17/07/2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm). Acesso em: 25 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Portaria n. 549 de 14/06/1995. **Diário Oficial da União**. 16 jun. 1995. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=181365>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Portaria n. 550 de 14/06/1995. **Diário Oficial da União**. 16 jun. 1995. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1995/06/16?ref=breadcrumb>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- CONFORTI, Luciana Paula. **Interpretações do conceito de trabalho análogo a de escravo: a luta pelo direito ao trabalho digno e pelo direito fundamental de não ser escravizado no Brasil**. Brasília: Anamatra, 2019.
- CONFORTI, Luciana. **A interpretação do conceito de trabalho análogo ao escravo no Brasil: o trabalho digno sob o prisma da subjetividade e a consciência legal dos trabalhadores**. Brasília: Anamatra, 2017.
- FERREIRA, Luciene Braz; TORRECILHA, Nara; MACHADO, Samara Haddad Simões. A técnica de observação em estudos de administração. **Encontro da ANPAD**, v. 36, p. 131-155, 2012.
- FUNDAÇÃO UNISELVA. **Fundação de Apoio da Universidade Federal de Mato Grosso Uniselva**. Disponível em: <https://web.fundacaouniselva.org.br/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- GODOI, Christiane. Kleinubing.; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo.; SILVA, Anilson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: [s. n.], 2010.
- GILL, Paul *et al.* Methods of data collection in qualitative research: interviews and focus groups. **British Dental Journal**, v. 204, n. 6, p. 291-295, 2008.
- HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Métodos qualitativos na sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- OLIVEIRA, Adrielly Moroz de *et al.* **Atuação da OIT na contenção do trabalho escravo contemporâneo: um estudo de caso do Mato Grosso**. [S. l.: s. n.], 2019.
- OLIVEIRA, Joyara Maria Silva; ANJOS, Hildete Pereira. Trabalho escravo contemporâneo: a disputa ideológica na produção de um conceito. *In*: FIGUEIREDO, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria (org.). **Escravidão: moinho de gentes no século XXI**. Rio

de Janeiro: Mauad, 2019.

MOURA, Fátima Aparecida Vieira; LEÃO, Luís Henrique da Costa. Saúde pública e erradicação do trabalho escravo em Mato Grosso. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 4, n. 2, p. 213-226, 2014.

POUPART, Jean *et al.* A pesquisa qualitativa. **Enfoques epistemológicos e metodológicos**: v. 2. Petrópolis: Vozes, 2008.

PROJETO AÇÃO INTEGRADA- PAI. Siex Sistema de Extensão da Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.siex/Projeto/Detalhes?projetoUID=2267>. Acesso em: 12 ago. 2020.

RADAR SIT. **Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil**. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SHAH, Sonali. Sharing the world: the researcher and the researched. **Qualitative Research**, v. 6, n. 2, p. 207-220, 2006.

SANTOS, Jakelyne Ferreira dos; CABRERA, Rosângela de Paiva Leão; BRITO, André Cavichioli. Movimento Ação Integrada: mecanismo de combate ao trabalho escravo? **Revista Pleiade**, v. 11, n. 21, p. 25-31, 2017.

SAKAMOTO, Leonardo. **Trabalho escravo no Brasil do Século XXI**. Brasília: OIT, 2006. Disponível em: [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/diles/topic/forced\\_labour/pub/trabalho\\_escravo\\_no\\_brasil\\_do\\_%20secu- lo\\_%20xxi\\_315.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/diles/topic/forced_labour/pub/trabalho_escravo_no_brasil_do_%20secu- lo_%20xxi_315.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

SILVA, Patrícia Rosalina. Trabalho escravo: perfil de trabalhadores atendidos pelo projeto Ação Integrada em Mato Grosso. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, v. 2, n. 3, p. 118-136, 2016.

SILVA, Patrícia Rosalina *et al.* Trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão: uma mancha para o estado de Mato Grosso. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL E NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2017. **Anais [...]**. [Cuiabá], 2017. v. 1, n. 1.

SOUZA, Jacqueline; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antonia Villar. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 25, n. 2, 2011.

ZANELLI, José Carlos. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 7, p. 79-88, 2002.

**Data de recebimento:** 12/03/2021

**Data de aceite para publicação:** 02/06/2021